



PUBLISEGUR
corretores de seguros

RELATÓRIO E CONTAS

2020



- √ **Relatório de Gestão**
- √ **Contas**
- √ **Anexo às Demonstrações Financeiras**
- √ **Certificação Legal das Contas**



Relatório de Gestão

Exercício de 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2020

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2020, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

Economia Nacional

Para 2020, perspectiva-se uma forte contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia da doença COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, prevê-se uma queda abrupta na taxa de variação real do PIB para 6,9 %, a maior contração que há registo nas últimas décadas. Antecipa-se que o impacto ocorra principalmente no segundo trimestre do ano, após a quebra de 2,3 % registada no 1.º trimestre de 2020.

De facto, as medidas de confinamento e distanciamento social implementadas no âmbito da aplicação do estado de emergência iniciaram-se em meados de março, mas cujo impacto na economia terá tido o seu reflexo mais significativo no 2.º trimestre do ano.

Estima-se que a pandemia tenha um efeito negativo na procura externa relevante para as exportações portuguesas em 2020, prevendo-se uma redução de 15,4 % nas exportações, após registar-se um crescimento de 3,7 % em 2019. Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia se espera particularmente severo.

As restantes componentes da procura global deverão ter um contributo negativo para o crescimento do PIB, com a exceção do consumo público que deverá acelerar para 3,1 %, refletindo o impacto das políticas adotadas.

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)) deverá recuar 12,2 %, após ter registado um crescimento de 6,6 % no ano anterior. Esta evolução é explicada por uma contração no investimento privado, que deverá ser parcialmente compensada por um aumento do investimento público.

O consumo privado deverá reduzir-se em 4,3 %, após registar um crescimento superior a 2 % durante seis anos consecutivos (2,2 % em 2019). A redução, que deverá ser mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição esperada no rendimento disponível das famílias.

As importações de bens e serviços deverão cair 11,4 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, antecipa-se uma redução no emprego de 3,9 % em 2020, após registar-se um crescimento de 0,8 % no ano anterior, e prevê-se um aumento da taxa de desemprego, a qual deverá atingir 9,6 % (6,5 % em 2019). Em virtude do efeito das medidas de apoio ao emprego adotadas, estima-se que a redução no emprego seja significativamente inferior à redução do PIB, o que resulta numa diminuição da produtividade aparente do trabalho em 3,1 %.



Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), deverá recuar 0,2 %, após registar um crescimento de 0,3% em 2019. Por seu lado, o deflador do PIB deverá desacelerar para 1 % (1,7 % em 2019), refletindo, em parte, a queda esperada no preço do petróleo, com impacto significativo no deflador das importações que mais do que compensa a quebra do deflador do consumo privado.

Em 2020, antecipa-se que a capacidade de financiamento da economia portuguesa permaneça positiva em 0,3 % do PIB, reduzindo-se em 0,5 p.p. em relação a 2019 em virtude da redução esperada no saldo da Balança de Bens e Serviços. A balança de capital deverá continuar a contribuir positivamente para a capacidade de financiamento da economia.

Para 2021, projeta-se uma recuperação significativa do crescimento do PIB (+4,3 %), por via de um aumento da procura externa e de um maior dinamismo na procura interna, refletindo-se num contributo positivo do consumo privado e investimento. A atividade económica deverá recuperar para os níveis registados antes da pandemia, com a exceção de alguns setores da economia, como o turismo, para os quais a recuperação se antecipa mais lenta.

O Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) consiste numa resposta adequada ao cenário aqui apresentado, consistindo num conjunto de medidas de estabilização macroeconómica.

O PEES permite a aceleração do investimento público, o que resulta numa queda menor do investimento total em 2020 do que noutros períodos recessivos. A queda do investimento de 12 % estimada para 2020 compara com uma queda acumulada de cerca de 30 % em 2011 e 2012, num contexto de queda da atividade económica próxima nos dois períodos.

O comportamento da taxa de poupança dos particulares, que aumenta perto de 4pp entre 2019 e 2020, é influenciado pelas medidas de apoio ao rendimento, para além do natural aumento da poupança em momentos de recessivos e de incerteza.

Finalmente, refira-se que o comportamento do emprego (e, naturalmente, do desemprego), com uma redução de 3,9 % em 2020, revela uma relação com a queda da atividade menos acentuada do que é típico para a economia portuguesa. Esta evolução é justificada pelo impacto das medidas de preservação do emprego (com destaque para o lay-off simplificado), que permitirá às empresas prolongar as relações laborais ao longo de uma crise que se prevê severa, mas temporária.

Análise do Sector

A incerteza e a magnitude setorial dos efeitos da pandemia originada pelo COVID-19 é de tal ordem que o Banco de Portugal prevê uma recessão má ou recessão muito má para 2021.

Dos vários ramos, são os seguros de vida que enfrentam o desafio mais difícil, devido à desvalorização das suas carteiras de investimentos. No caso das seguradoras não vida, virá da insolvência de muitas pequenas e médias empresas.

O surto pandémico da covid-19 tem e vai ter impacto significativo no futuro na indústria seguradora. Não só no curto prazo, mas também nos efeitos mais prolongados.

Numa lógica de curto prazo, o património das seguradoras, sobretudo as que comercializam seguros de vida e que dependem em grande parte da performance do risco financeiro, será afetado do lado das responsabilidades perante os clientes, haverá um aumento das indemnizações que se traduz numa deterioração dos resultados e num aumento dos níveis de provisionamento.

A Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) adotou um conjunto de medidas de flexibilização, em termos prudenciais, comportamentais e de supervisão, para esta situação epidemiológica.

À medida que as seguradoras se vão adaptando à maturidade dos mercados e à volatilidade económica, a sua capacidade de integrar tecnologia, talento, e inovação no modelo de negócio, a longo prazo, pode ser a chave para o sucesso.

A indústria global dos seguros está a lutar para crescer e manter a rentabilidade em mercados mais maduros e voláteis em termos de condições económicas. Tudo isto enquanto reinventam os seus produtos, operações, e modelos de negócio para cobrir exposições públicas, satisfazer as expectativas dos clientes e integrar novas tecnologias.

Embora a grande maioria dos gastos com IT nas seguradoras seja para a manutenção dos sistemas, os orçamentos estão a começar a desviar-se para a análise de dados, inteligência artificial e outras funcionalidades avançadas para a flexibilização, customização de produtos e maximização da experiência do cliente.

As mudanças na regulamentação estão a chegar e provavelmente irão requerer investimentos significativos e mudanças nas seguradoras: em padrões de venda, contabilidade, política tributária, segurança cibernética e proteção da privacidade – embora algumas das novas regras possam também criar oportunidades para aumentar as vendas em mercados competitivos.

Como as seguradoras irão resolver este “desafio de síntese” – integrando inovação na tecnologia, talento e modelos de negócio em ambientes resistentes à mudança – pode ser o maior fator de sucesso para a indústria na próxima década.

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2020 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 414.910€ em 2019 para 562.083€ em 2020.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 0,63% e os gastos com pessoal aumentaram cerca de 42% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2020 cifrou-se em 24.285€ (em 2019 foi de 8.257€).

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2020 o resultado líquido é positivo em 24.285€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2020	2019	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	24 285	8 257	16 028	194,11%
Capitais Próprios	233 641	209 355	24 285	11,60%
Total do Ativo	439 537	401 802	37 735	9,39%
Total do Passivo	205 896	192 447	13 449	6,99%
Autonomia Financeira	53,2%	52,1%		

4. Evolução Previsível da Atividade

As consequências da epidemia da Covid-19 já se começam a sentir, tendo a Goldman Sachs revisto a evolução do PIB da China no primeiro trimestre, passando-o de 2,5% para -9%. Também

as estimativas para a Zona Euro apontam para que o PIB venha a cair 3,6% em vez de crescer 1,2%, como projetado pela Comissão Europeia no outono do ano passado.

Todos os setores de atividade da economia serão afetados, embora a diferentes graus de severidade e com maior ou menor duração.

No entanto, a Publisegur tem razões para esperar um exercício de 2021 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores.

A análise da evolução da atividade e dos resultados nos 2 primeiros meses de 2021 perspetivam uma ligeira melhoria relativamente a 2020, contudo é difícil de precisar previsões para o volume de negócios na medida em que não conseguimos prever o Efeito do Coronavírus na Europa.

Neste contexto de pandemia ("à qual ainda não se vê o fim") a Gerência está a agir de forma pró-ativa, imbuída de um espírito de atenção, serenidade e de união. Está e irá sempre que lhe seja possível aproveitar todos os instrumentos que lhe permitam continuar a gerar riqueza, garantir a liquidez e manter os postos de trabalho. Neste sentido a Gerência entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes do aparecimento e agravamento da pandemia COVID-19, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

5. Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2020, o qual se cifrou em 24.285,42€, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 285,42€
- Reserva DLRR: 24.000,00€

6. Notas Finais

A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

7. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe da sede e de cinco sucursais.
5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 16 de Abril de 2021

A Gerência,



Contas

Exercício de 2020

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

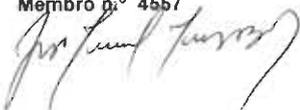
Balanço individual em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8/9	226.547,78	234.539,98
Activos intangíveis	7	36.197,90	34.500,00
Outros investimentos financeiros		700,00	750,00
		263.445,68	269.789,98
Activo Corrente			
Clientes	15	11.546,76	2.586,80
Estado e outros entes públicos	20	82,50	870,00
Outros créditos a receber	15	42.300,01	56.486,35
Diferimentos	16	10.349,74	8.803,88
Caixa e depósitos bancários	4	111.812,30	63.265,12
		176.091,31	132.012,15
Total do activo		439.536,99	401.802,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		10.000,00	10.000,00
Resultados transitados		149.355,15	141.097,91
		209.355,15	201.097,91
Resultado líquido do período		24.285,42	8.257,24
Total do capital próprio		233.640,57	209.355,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9/15	80.461,44	140.799,37
		80.461,44	140.799,37
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.169,36	3.497,19
Estado e outros entes públicos	20	18.537,78	9.566,64
Financiamentos obtidos	9/15	16.967,02	6.571,91
Outras dividas a pagar	15	87.760,82	32.011,87
		125.434,98	51.647,61
Total do passivo		205.896,42	192.446,98
Total do capital próprio e do passivo		439.536,99	401.802,13

Guarda, 16 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

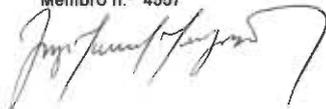
Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	11	562.083,40	414.909,62
Subsídios à exploração	12	5.728,25	2.649,58
Fornecimentos e serviços externos	17	(165.139,68)	(164.102,27)
Gastos com o pessoal	18	(317.346,45)	(223.770,65)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	7/10	(19.302,10)	(590,32)
Outros rendimentos	19	8.779,16	8.436,92
Outros gastos	19	(18.945,93)	(6.661,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		55.856,65	30.870,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(13.060,11)	(13.044,21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.796,54	17.826,71
Juros e gastos similares suportados	15	(5.822,03)	(6.094,17)
Resultado antes de impostos		36.974,51	11.732,54
Imposto sobre o rendimento do período	14/20	(12.689,09)	(3.475,30)
Resultado líquido do período		24.285,42	8.257,24

Guarda, 16 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2020

ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual de fluxos de caixa

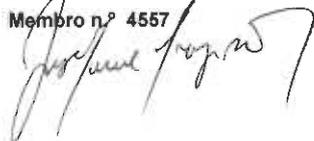
Período findo em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		553.123,44	425.714,21
Pagamentos a fornecedores		(166.467,51)	(165.572,27)
Pagamentos ao pessoal		(317.346,45)	(223.770,65)
Caixa gerada pelas operações		69.309,48	36.371,29
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.689,09)	(3.475,30)
Outros recebimentos/pagamentos		73.759,55	8.366,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		130.379,94	41.262,67
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(5.067,91)	(15.377,97)
Activos intangíveis		(21.000,00)	(34.500,00)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(26.067,91)	(49.877,97)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(49.942,82)	(15.984,13)
Juros e gastos similares		(5.822,03)	(6.094,17)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(55.764,85)	(22.078,30)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		48.547,18	(30.693,60)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		63.265,12	93.958,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	111.812,30	63.265,12

Guarda, 16 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Gerência



PUBLISEGUR - CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações ao capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2019

NOTAS	DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premia de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período				
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2019	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	135.201,11	0,00	0,00	5.036,80	0,00	0,00	0,00	201.027,91
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção do novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferença de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.036,80	0,00	0,00	(5.036,80)	0,00	0,00	0,00	0,00
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.257,24	0,00	0,00	8.257,24	0,00	0,00	0,00	8.257,24
4=2+3	RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.036,80	0,00	0,00	2.420,44	0,00	0,00	0,00	8.257,24
5	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2019	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	141.097,91	0,00	0,00	8.257,24	0,00	0,00	0,00	209.355,15

PUBLISEGUR - CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações ao capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2020

NOTAS	DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe										Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premia de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período				
6	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2020	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	141.097,91	0,00	0,00	8.257,24	0,00	0,00	0,00	209.355,15
7	ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção do novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferença de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.257,24	0,00	0,00	(8.257,24)	0,00	0,00	0,00	0,00
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.257,24	0,00	0,00	24.285,42	0,00	0,00	0,00	30.500,00
9=7+8	RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.257,24	0,00	0,00	16.028,18	0,00	0,00	0,00	24.285,42
10	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6+7+8+10	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2020	50.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	148.355,15	0,00	0,00	24.285,42	0,00	0,00	0,00	233.640,57

Guarda, 16 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado

Membro n.º 4587

A Gerência
[Assinatura]



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final:

Mistelíder, S.A.

Lg. S. João Garden Shopping Center Lj 21 6300-752 Guarda

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das

operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2020 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

**c) Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

- d) Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

- e) Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

g) Rédito

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.



h) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

i) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações



As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

j) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

k) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2020	2019
Caixa	2 744	2 116
Depósitos à Ordem	109 068	61 149
Outros investimentos financeiros	-	-
Total	111 812	63 265



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2019 de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A remuneração da gerência ascendeu a 39.512 euros.

6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2020	Nat.	Saldo 31-12-2019	Nat.
26 - Sócios		0 Devedor	14 186 Devedor	
25 - Financiamentos de Sócios		0 Credor	82 976 Credor	
21/22 - Interglobal		0 Credor	0 Credor	

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2020 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.



Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2020)			Situação Final (31-12-2019)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	260 796 €	224 598 €	36 198 €	239 796 €	205 296 €	34 500 €
Total	260 796 €	224 598 €	36 198 €	239 796 €	205 296 €	34 500 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Saldo Final
Carteiras de seguros	34 500 €	21 000 €	0 €	0 €	0 €	19 302 €	36 198 €
Total	34 500 €	21 000 €	0 €	0 €	0 €	19 302 €	36 198 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridos em anos anteriores encontram-se totalmente pagas.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:



As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Final(31-12-2020)			Situação Final(31-12-2019)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	258 636 €	53 729 €	204 907 €	258 636 €	50 556 €	208 079 €
Equipamento básico	43 646 €	29 935 €	13 711 €	41 259 €	26 379 €	14 880 €
Equipamento de transporte	5 800 €	5 800 €	0 €	5 800 €	5 800 €	0 €
Equipamento administrativo	44 425 €	36 495 €	7 930 €	44 425 €	32 845 €	11 580 €
Investimentos em Curso	0 €		0 €	0 €	0 €	0 €
Total	352 507 €	125 960 €	226 548 €	350 120 €	115 580 €	234 540 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Transferências	Depreciações	Perdas imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	208 079 €			-2 000 €	5 173 €		204 907 €
Equipamento básico	14 880 €	2 387 €		-730 €	4 286 €		13 711 €
Equipamento de transporte	0 €				0 €		0 €
Equipamento administrativo	11 580 €			49 €	3 601 €		7 930 €
Investimentos em Curso	0 €						0 €
Total	234 540 €	2 387 €	0 €	-2 681 €	13 060 €	0 €	226 548 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras “TCA” e “UAC”, ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

Foi também adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legítima possuidora dos imóveis.

9. LOCAÇÕES

a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84 001	1 680	27 600	54 721
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	174 635	3 493	20 956	150 186
TOTAL	258 636	5 173	48 556	204 907

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:**

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:**

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2021)	Valor presente 1>5 <anos (2022 - 2025)	Valor presente > 5 anos (2026)
Contrato locação financeira CLF	57 428 €	6 967 €	34 835 €	15 626 €
Total	57 428 €	6 967 €	34 835 €	15 626 €



Em 31 de Dezembro de 2020, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2021):	6.967 €
Passivo não corrente (ano 2022 e seguintes):	50.461 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2020 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			Saldo Final (31-12-2020)
	Saldo Final (31-12-2019)	Reforço	Reversão	
Carteiras de Seguros	205 296 €	19 302 €		224 598 €
Total	205 296 €	19 302 €	0 €	224 598 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2020.

11. RÉDITO



11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	2020	2019	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	562 083	414 910	147 174	35%

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo encontram-se relevados na demonstração de resultados do período económico.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

A demonstração de resultados inclui o montante de 5.728,25 euros de subsídios à exploração, sendo a totalidade do montante relacionado com programas de empregabilidade contratualizados com o IEFP.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 16 de Abril de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A análise da evolução da atividade e dos resultados nos 2 primeiros meses de 2021 perspetivam uma ligeira melhoria relativamente a 2020, contudo é difícil de precisar previsões para o volume de negócios na medida em que não conseguimos prever o Efeito do Coronavírus na Europa.

Neste contexto de pandemia (“à qual ainda não se vê o fim”) a Gerência está a agir de forma pró-ativa, imbuída de um espírito de atenção, serenidade e de união. Está e irá sempre que lhe seja possível aproveitar todos os instrumentos que lhe permitam continuar a gerar riqueza, garantir a liquidez e manter os postos de trabalho. Neste sentido a gerência entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes do aparecimento e agravamento da pandemia COVID-19, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado contabilístico antes de impostos	36 975 €	11 733 €
Resultado tributável	57 210 €	13 806 €
Taxa de imposto (IRC)	12.5% - 21%	12.5% - 21%
Imposto estimado	6 968 €	2 347 €
Tributações autónomas	5 174 €	990 €
Derrama	547 €	138 €
Total de Imposto (IRC) do período	12 689 €	3 475 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	34%	30%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS



15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

15.2.1 Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	11 547 €	0 €	11 547 €	2 587 €	0 €	2 587 €
Outras créditos a receber	42 300 €	0 €	42 300 €	56 486 €	0 €	56 486 €
Estado e outros entes publicos	83 €	0 €	83 €	870 €	0 €	870 €
Diferimentos	10 350 €	0 €	10 350 €	8 804 €	0 €	8 804 €
Total	64 279 €	0 €	64 279 €	68 747 €	0 €	68 747 €
Passivos						
Fornecedores	2 169 €	0 €	2 169 €	3 497 €	0 €	3 497 €
Estado e outros entes publicos	18 538 €	0 €	18 538 €	9 567 €	0 €	9 567 €
Outras dívidas a pagar	87 761 €	0 €	87 761 €	32 012 €	0 €	32 012 €
Total	108 468 €	0 €	108 468 €	45 076 €	0 €	45 076 €

15.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Locações financeiras	16 967 €	80 461 €	97 428 €	6 572 €	57 824 €	64 395 €
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos	0,00	0 €	0 €	0,00	82 976 €	82 976 €
Total	16 967 €	80 461 €	97 428 €	6 572 €	140 799 €	147 371 €

15.2.3 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31/12/2020	31/12/2019
Capital Próprio		
Capital social subscrito	50 000	50 000
Total	50 000	50 000

15.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Rendimento	Gastos de	Diferença	Rendimento	Gastos de	Diferença
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		5 822 €	-5 822 €		6 094 €	-6 094 €
Total do Passivo	0 €	5 822 €	-5 822 €	0 €	6 094 €	-6 094 €

15.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

15.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se dividido em três quotas de valor nominal de 7.500€, 7.500€ e 35.000€.

15.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

O número de quotas não teve alteração do início até ao fim do período.

15.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

No exercício de 2020 não houve qualquer aumento de capital social.

16. DIFERIMENTOS

A conta de diferimentos engloba gastos com 10.350€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e Serviços Externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2020	31/12/2019
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	16 998	32 204
Publicidade e Propaganda	2 439	7 599
Honorários	40 139	20 126
Conservação e Reparação	6 561	9 927
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	4 490	5 451
Livros e documentação técnica	243	0
Material de escritório	4 705	7 550
Energia e Fluidos		
Electricidade	6 282	5 703
Combustíveis	9 159	12 027
Água	477	442
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	7 400	10 680
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	39 086	27 698
Comunicação	10 983	10 085
Seguros	8 337	6 802
Limpeza, higiene e conforto	3 263	2 630
Outros Serviços	4 577	5 108
Total	165 140	164 102

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos Órgãos Sociais	39 512 €	- €
Remunerações do Pessoal	235 110 €	188 988 €
Indeminizações	510 €	- €
Encargos sobre remunerações	33 753 €	33 642 €
Seguros de acidentes de trabalho	885 €	863 €
Outros gastos com o Pessoal	7 577 €	278 €
Total	317 346 €	223 771 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 11 (12 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

19. OUTROS GASTOS / OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos* e *Outros rendimentos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
Outros gastos		
Impostos	1 078 €	0 €
Correcções relativas a períodos anterior	14 235 €	2 473 €
Donativos	663 €	0 €
Quotizações	2 238 €	1 455 €
Outros não especificados	731 €	2 733 €
Total	18 946 €	6 662 €
Outros rendimentos		
Recuperação de dívidas a receber	3 000 €	5 000 €
Ganhos em inventários	449 €	55 €
Rendimentos em investimentos não financeiros		2 500 €
Correcções relativas a períodos anteriores	2 730 €	491 €
Excesso da estimativa para impostos	621 €	391 €
Outros não especificados	1 979 €	0 €
Total	8 779 €	8 437 €

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	83 €	0 €	83 €	870 €	0 €	870 €
Total do activo	83 €	0 €	83 €	870 €	0 €	870 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	11 306 €	0 €	11 306 €	3 475 €	0 €	3 475 €
Retenção de impostos s/ rendimento	3 741 €	0 €	3 741 €	2 048 €	0 €	2 048 €
Contribuições p/ Segurança Social	3 491 €	0 €	3 491 €	4 043 €	0 €	4 043 €
Outros Impostos	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Total do passivo	18 538 €	0 €	18 538 €	9 567 €	0 €	9 567 €

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de ativo e de passivo que combine quantias que se espera



sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.

Ver a anterior nota 15.2.2 do presente Anexo.

21.2 A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Não existem rendimentos e/ou gastos com dimensão ou incidências excepcionais.

21.3 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2020, o qual se cifrou em 24.285,42€, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 285,42€
- Reserva DLRR: 24.000,00€

21.4 Outras divulgações

1- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

2- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

3- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.200 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2020. Em 31 de Dezembro a dívida de honorários ao Fiscal Único / SROC era de zero euros.



22. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

22.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédit/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

22.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2020	2019
Numerário/Cheque/Transferência	550 537 €	412 323 €
Remunerações a receber	11 547 €	2 587 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	562 083 €	414 910 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	562 083 €	414 910 €

22.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empresas de Seguros	18 447 €	15 855 €	543 637 €	398 043 €	0 €	0 €
Outros Mediadores		0 €	0 €	1012 €	0 €	0 €
Cientes		0 €		0 €	0 €	0 €
TOTAL	18 447 €	15 855 €	543 637 €	399 055 €	0 €	0 €

22.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2020	2019
Empresas de Seguros	100,0%	99,8%
Outros Mediadores	0,0%	0,2%
Cientes	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%

22.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2020 e 31-12-2019 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Conta Clientes	11 547 €	2 587 €

22.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2020	2019	2020	2018
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	11 547 €	2 587 €	0 €	0 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	11 547 €	2 587 €	0 €	0 €

22.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2020	2019	2020	2019
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	11547€	2587€	0€	0€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0€	0€	0€	0€
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação)	0€	0€	0€	0€
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0€	0€	0€	0€
Outras quantias:	0€	0€	0€	0€
Diferimentos	10 350€	8 804€	0€	0€
Remunerações a Liquidar	0€	0€	0€	0€
Aquisição de carteira de seguros	0€	0€	0€	0€
Outros não relacionados com seguros	0€	0€	0€	0€
Acréscimo de gastos	0€	0€	87 761€	32 012€
TOTAL	21897€	11391€	87 761€	32 012€

22.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sem imparidade	0€	0€	0€	0€	11 547€	2 587€
Com imparidade	0€	0€	0€	0€	0€	0€
TOTAL	0€	0€	0€	0€	11 547€	2 587€

22.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

22.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
2020	2019	2020	2019
15 000,00	40 500,00	-	-

22.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2020	2019
	-	-

22.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais	
	2020	2019
	-	-

22.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Generali Seguros S.A.	2602,90 €	260 136,35 €	262 739,25 €
1011	Fidelidade S.A.	2467,14 €	95 575,02 €	98 042,16 €
1205	Liberty, S.A.	2516,15 €	90 862,51 €	93 378,66 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	184,71 €	30 372,88 €	30 557,59 €

22.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2020	2019
	0,00 €	0,00 €

22.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2020	2019
	0,00 €	0,00 €

22.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

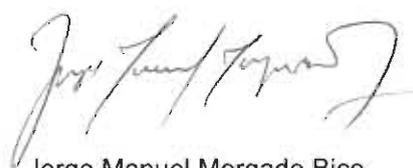
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2020	2019
	0,00 €	0,00 €

22.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2020.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Generali Seguros S.A.	2 602,90 €	260 136,35 €	262 739,25 €
1018	Fidelidade S.A.	2 467,14 €	95 575,02 €	98 042,16 €
1205	Liberty, S.A.	2 516,15 €	90 862,51 €	93 378,66 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	184,71 €	30 372,88 €	30 557,59 €
1129	Ageas Portugal, S.A.		19 652,40 €	19 652,40 €
1026	Lusitânia, S.A.		18 074,85 €	18 074,85 €
1194	Generali, S.A.		17 388,36 €	17 388,36 €
1024	Generali Vida, S.A.	5 774,27 €		5 774,27 €
1173	Chubb - Sucursal em Portugal		3 548,41 €	3 548,41 €
1160	Victória Seguros, S.A.		3 369,43 €	3 369,43 €
1029	Real Vida, S.A.	1 176,25 €	164,45 €	1 340,70 €
1188	Metlife Europe	310,80 €		310,80 €
1200	Aig - Sucursal em Portugal		972,96 €	972,96 €
4608	Mgen		633,37 €	633,37 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	2 483,46 €		2 483,46 €
1039	Ageas Vida, S.A.	778,10 €		778,10 €
1184	Zurich, S.A.		45,94 €	45,94 €
1145	Mapfre Seguros, S.A.		101,57 €	101,57 €
1157	Arag, Se		26,36 €	26,36 €
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	43,98 €		43,98 €
1133	Carvela, S.A.		2 711,86 €	2 711,86 €
1132	Zurich Vida, S.A.	108,92 €		108,92 €
	Outros		0,00 €	0,00 €
Total		18 446,68 €	543 636,72 €	562 083,40 €

Guarda, 16 de Abril de 2021

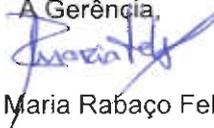
O Contabilista Certificado,



Jorge Manuel Morgado Bico

(C.C. nº 4557)

A Gerência,



Isabel Maria Rabaço Felizio

Costa



Certificação Legal das Contas

Exercício de 2020



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS
SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

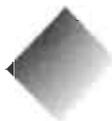
Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 439.537 euros e um total de capital próprio de 233.641 euros, incluindo um resultado líquido de 24.285 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE:

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos



prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS
SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC 505 261 898 • Capital social 50.000 € • S.R.O.C. n.º 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 19 de Abril de 2021

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413